

VOZES E AÇÕES DAS MULHERES NA TRAJETÓRIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹
Henrique Carmona Duval²

Resumo: Neste artigo propomos discutir a atuação das mulheres através de seus atos e vozes, como expressão de recusa/aceitação aos modelos instituídos. As iniciativas de diversificação produtiva e de resgate da identidade dos assentamentos, fortemente mediadas pelas mulheres, serão discutidas a partir da categoria trama de tensões, através da qual temos analisado a problemática inserção dos assentamentos nos distintos contextos regionais. O artigo retoma expressões anteriores de diversificação, busca trabalhar as relações entre produção/reprodução social de maneira crítica, especialmente pela naturalização de lugares atribuídos a um e outro segmento. O artigo trabalha ainda experiências recentes de atividades de agroindustrialização familiar, por parte das mulheres, mediadas por políticas públicas municipais. Questiona-se o caráter de complementaridade inicialmente atribuído ao trabalho de mulher na agricultura e procura-se analisar a importância de tais atividades no contexto de estratégias familiares postas em ação pelos assentados. O acompanhamento das iniciativas se deu através de observação direta, com a tomada de depoimentos, entrevistas e registros em diários de campo.

Palavras-Chave: Mulheres Assentadas Rurais; Produção/Reprodução Social; Alternativas de Desenvolvimento.

Abstract: *This article proposes a debate about women's role through their actions and voices, as an expression of refusal or acceptance of the established patterns. The integration between initiatives of farm diversification and conservation of*

¹Professora aposentada da Unesp-Araraquara, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara e do Nupedor.

²Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCar e bolsista Funadesp de Apoio Técnico do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Uniara/Unesp.

settlements identity is ensured by the women and such matters will be discussed as from the tension scheme category, through which we have analyzed the problematical insertion of the settlements into distinct regional contexts. The paper restores previous diversification expressions, attempting to handle in a critical way the relations between social production and reproduction, especially when identifying women's role in one or another situation. The investigation still includes latest experiences from family agro-industrialization activities, where women were included, mediated by municipal public policies. The complementary character earlier assured to the woman's labor force in agriculture is questioned and also it attempts to analyze the importance of such activities in the context of family strategies applied by the settled people. The initiatives were followed through direct observation, by collected declarations, interviews and data from daily fieldwork.

Keywords: *Settled Rural Women; Social Production / Reproduction; Development Alternatives.*

Introdução

A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais do projeto estatal, pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão em programas de crédito/comercialização/investimentos. As mulheres têm tido ao longo desses 25 anos de assentamentos na região de Araraquara/SP, presença ativa na intermediação com o poder local, na proposta de iniciativas diversas de diversificação produtiva, no reforço de estratégias familiares que têm se apresentado nas relações de aproximação e de conflito que permeiam a constituição deste novo modo de vida.

Mais especificamente, o artigo trabalha experiências recentes de atividades de diversificação desenvolvidas em núcleos de assentamentos da Fazenda Monte Alegre (núcleos III e VI) e do Bela Vista do Chibarro na região de Araraquara, conhecida pelos índices de valorização do capital e da modernização agroindustrial.

Estas experiências, em um dos casos, mediada pelo poder público municipal, em outro, pelo movimento sindical, estão sendo analisadas como expressão de resistência ao modelo de agronegócio que tem pautado as avaliações dos assentamentos rurais.

O artigo retoma expressões anteriores de diversificação, busca trabalhar as relações entre produção/reprodução social de maneira crítica especialmente pela naturalização de lugares atribuídos a um e outro momento. Questiona o caráter de

complementaridade inicialmente atribuído ao trabalho de mulher na agricultura e procura analisar a importância de tais atividades no contexto de estratégias familiares postas em ação pelos assentados, sem deixar de lado a categoria trama de tensões, que tem nos orientado na discussão da relação assentamentos x desenvolvimento.

Ao assumir o comando de atividades diversificadas, as assentadas têm se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homens e mulheres. Trata-se de novos lugares conquistados ou constituídos através da mediação das políticas públicas? A organização em associações ou a presença de agentes de direção política é fundamental neste processo? O fato das mulheres terem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas implica em mudanças efetivas no interior das relações familiares, dos códigos tradicionais que ainda interferem em muito, na lógica das relações familiares? Sabemos que a palavra final, muitas vezes, é dos homens, ainda que nos depoimentos e entrevistas, apareça a referência a "ambos decidem", o que não significa necessariamente uma mudança de práticas sociais arraigadas. Novas sociabilidades podem estar se criando no interior destas experiências produtivas diversificadas. A participação de mulheres nas decisões sobre gestão produtiva das culturas agrícolas tem aumentado? As mulheres não têm posições reconhecidas face à parceria com a cana-de-açúcar?

O presente artigo tem como preocupação analítica investigar se as iniciativas de diversificação que surgem a partir da iniciativa das mulheres, constatadas nos dois projetos de assentamentos analisados, acenam com modificações concretas na valorização da mulher e na incorporação das relações de gênero nas políticas públicas, no reconhecimento de sua participação em movimentos sociais.

Preocupações estas, como já afirmamos, centradas na categoria da trama constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, neste artigo, as mulheres assentadas e os diferentes mediadores, tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

Neste artigo, são as relações das mulheres no espaço doméstico, com os órgãos gestores, com representantes do poder local, com o movimento sindical que serão analisadas em suas possibilidades e dimensões conflituosas. A trajetória das mulheres nos distintos tempos de assentamentos, a busca continuada da diversificação, a responsabilidade maior no autoconsumo, por ela ser provedora da alimentação das famílias, a posição assumida nos momentos de confrontos, na politização de espaços de sociabilidade, na busca de organizar/ reorganizar estratégias familiares compõem

esse movimento descontínuo de aceitação e de recusa aos modelos instituídos.

Discutir a tessitura de uma trama de tensões sociais, a partir da prática das assentadas rurais, cuja racionalidade social transita numa relação complexa entre resistência e acomodação, remete-nos à história viva de trabalhadoras que, estando numa posição estrutural de subalternidade social, organizam estratégias - individuais ou coletivas - cuja consecução, senão amplamente transformadoras das relações sociais, das desigualdades de gênero, revelam aspectos inovadores e singularmente determinantes da realidade da qual participam como sujeitos.

Assumimos a busca, proposta por José de Souza Martins, por uma sociologia rural que é a sociologia "*de um modo de ser e um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico*" (MARTINS, 2002, p. 220). O modo de vida em questão é o constituído pelos(as) assentados(as) em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional.

As mulheres cujo trabalho aparece, via de regra, envolto em uma rede de invisibilidades, têm, na casa, na formação de grupos diversificados de produção, na busca de resgate da história/memória de suas lutas, mostrado que a constituição e a trajetória dos assentamentos têm que levar em conta, necessariamente, as vozes e as ações das assentadas rurais.

O "Lugar" da Investigação: Assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 416 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação ITESP.

No mesmo período em que o ITESP instalou um dos núcleos mais recente do projeto de assentamento Monte Alegre - o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) - o mesmo órgão assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área anteriormente pertencente à Companhia de Desenvolvimento

Agrícola de São Paulo (CODASP) localizada no distrito de Bueno de Andrada (município de Araraquara), que dá nome ao Horto. As dimensões deste projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre, que fica numa tríplice divisa de municípios (Araraquara, Motuca e Matão).

Quadro 1. Distribuição de famílias por núcleo e município - P.As. Monte Alegre, Bueno e Silvânia/ITESP.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bueno de Andrade	Araraquara	mai/97	31	Estadual
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
10 Assentamentos			416 Famílias	

Fonte: Fundação, 2006.

Além desses núcleos do ITESP, existe um assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro. Este assentamento se encontra inteiramente no município de Araraquara, em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à sua instalação acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (Ferrante, 1992). O assentamento originalmente contava com 176 lotes agrícolas e o mesmo número de famílias, estimadamente.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares - e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Retratos do Presente

Dados coletados recentemente mostram que no assentamento Monte Alegre as mulheres são, em 17,5% dos casos, titulares dos lotes, tendo, neste caso, em média, 58 anos de idade.

A obrigatoriedade da titularidade conjunta é cumprida por interferência dos órgãos gestores, não chegando a mudar efetivamente a esfera das decisões e ações nos assentamentos. A origem da renda é, neste assentamento, predominante da produção no lote, seguida muito de perto pela produção no lote e aposentadorias. Na indagação sobre a principal fonte de renda, a cana, isoladamente e a proveniente de outros produtos diversificados aparecem com os mesmos percentuais. Entretanto, quando à cana, se junta a aposentadoria e outros salários, tem-se, significativamente, a principal fonte de renda. O número de mulheres que acessou o crédito Pronaf é mínimo, ficando muito distante da cota estipulada pelos órgãos federais (30%). A grande maioria não participa de programas municipais de apoio à produção, entretanto considera, em 60% dos casos, a relação muito significativa do recebimento da aposentadoria para o viver dos assentamentos.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, apenas 7,5% dos titulares são mulheres, tendo em média 49 anos de idade. A grande maioria das mulheres não acessou qualquer modalidade de crédito, apenas uma pequena porcentagem valeu-se do custeio apoiado do Banco do Brasil. Situação a demonstrar que no assentamento Bela Vista, o tempo em que o Incra esteve ausente, os conflitos acirrados que cercaram as ações de reintegração de posse, a falta de informação mais continuada por parte dos órgãos gestores podem ter influenciado o menor índice de acesso aos mecanismos institucionais de obtenção do crédito. Mesmo assim, a diversificação de produtos tem modificado, ainda que em proporções pequenas, a monotonia de paisagem da cana. Aliado a isto, há um crescente interesse pelo resgate de memória e pelo embelezamento do assentamento, movimento que tem sido comandado por um grupo de jovens intitulado Pé Vermelho.

Nos Primeiros Tempos A Mulher e o Viver nos Assentamentos

Retrato de um mundo de relações novas, cujas fronteiras lhes são, às vezes, totalmente desconhecidas, as mulheres não participam, via de regra, da tomada de decisões na administração e no planejamento dos lotes. Não têm, em seu passado

recente, experiências de um trabalho cooperativo, mas conviviam com a combinação das forças reguladas pelo tempo disciplinado. Em muitas situações, as mulheres assentadas ex-bóias-frias, nunca haviam tido oportunidade de tomar decisões sobre seu tempo de vida e de trabalho. Desconheciam regras de financiamento, crédito e a própria engrenagem mercantil. Têm, ainda mais, que ajudar a gerir seu próprio espaço, vindos de um tempo regido pelo olhar do outro, sem poder imprimir a essa gestão, iniciativas próprias. Resultados aquém das expectativas das primeiras safras são atribuídos à falta de competência dos assentados, dedução associada, equivocadamente, ao fato de terem sido bóias-frias.

As mulheres, sem ser diretamente modeladas, arcam com o ônus das incertezas e da provisoriedade do viver no assentamento. As decisões sobre produção coletiva, sobre o que plantar, não passaram, como já afirmamos, pelos assentados, muito menos pelas mulheres. Entretanto, nas decisões de reinversão do processo de organização do grupo, na divisão das terras e na rejeição ao primado do coletivo, há expressões da rejeição dos modelos propostos para os assentados e da afirmação de sua não passividade. Na divisão por grupos, a tentativa de preservar laços de amizade, vivência anterior e proximidade da região de origem - critérios significativamente influenciados pelas experiências das mulheres - pode ser encarada como uma forma de resistência, aliada à rejeição do modelo associativista proposto ou imposto pelo Estado. Excluídas em sua grande maioria da elaboração do projeto produtivo, encontram espaço na manutenção das redes de sociabilidade.

Grupos divididos, produção individualizada, a mulher não participa, em maioria, do trabalho no lote produtivo. Muitas o fazem nos finais de semana. No caso das titulares, há poucas que efetivamente comandam o trabalho no lote. Há freqüentes reclamações das mulheres de que seu trabalho não é reconhecido. "É sempre uma tarefa vista como ajuda, por mais pesado que a gente trabalha", desabafa uma assentada. "Cumpro o que já está determinado, o que não é muito diferente do trabalho vigiado que tinha como bóia-fria", são depoimentos de mulheres que vêm atestar que o trabalho no assentamento não elimina, necessariamente, relações de constrangimento, podendo continuar a ser "vigiado".

O retrato dessa situação explica, talvez, o número significativo e crescente de mulheres que trabalham como assalariadas fora do assentamento. O fato de desenvolverem atividades destinadas a complementar a renda agrícola parece compatível com a concepção de que sua função produtiva vai subsidiar, ajudar. Em algumas situações, se assalariam como forma de aumentar a renda e o investimento no lote, em outras, aparece claramente a vontade de se livrar das formas, mais ou menos dissimuladas da violência de gênero.

Os Confrontos no Campo Político e as Relações com o Poder Local

Nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre, mulheres e política pareciam viver em rota de colisão. No entanto, conflitos familiares, problemas com filhos que não querem trabalhar na terra marcaram fortemente as representações de sua experiência.

No caso do consórcio da cana-de-açúcar, projeto que foi tentado ser levado adiante em 1992 pelo então Prefeito de Motuca, interessado em se apresentar como bom-patrão, ocorreu diversidade de posições entre as mulheres. Algumas viam, na condição de consorciado e na proteção sinalizada pelo prefeito bom-patrão, maior segurança para permanecer na terra. Outras resistiram, alegando, dentre outros fatores, a perda total de autonomia para diversificar a produção. A cultura da dádiva que se faz presente na relação dos assentados com o poder local tem nas mulheres expressões de recusa e de aceitação.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, em um confronto motivado pela interferência de órgãos do Estado em transferir famílias de outros locais em lugar da convocação das famílias classificadas, as mulheres dos assentados se posicionaram frontalmente contra o INCRA. Buscaram nas assembléias, nas falas, reinverter os atributos de que a política era um espaço masculino. Chegaram a formar um grupo de mulheres, de expressão, buscando interferir na construção desse novo modo de vida. O esvaziamento desse grupo se deu, muito, por expressões dos maridos, incomodados com as manifestações de independência das mulheres.

São expressivas, na história desse assentamento, manifestações de recusa por parte das mulheres. No assentamento Bela Vista, as mulheres chegaram, há um tempo atrás, a impedir a continuidade da eleição do seu representante, por estarem excluídas da possibilidade de votar. Participaram, igualmente, da organização da invasão dos escritórios do D.A.F. em um episódio relativo ao plantio de cana no Bela Vista e em outras situações, nas quais o crédito e outras promessas não se concretizaram. Se o Incra e órgãos estaduais que coordenam tais projetos reproduzem, em suas decisões, o viés patriarcal subjacente ao modelo estatal de assentamento, a realidade desse novo modo de vida desmente a lógica burocrática. A mulher é distribuidora do principal bem que as populações assentadas dispõem: o alimento. Sua capacidade administradora e de ação é inquestionável. As mulheres, desde que estejam numa posição de necessidade, assumem todas as tarefas de um chefe de família. No entanto, não encontravam espaço para terem no assentamento, reconhecidos seus direitos.

De início, eram as mulheres as escolhidas para apresentar, junto aos poderes –

especialmente junto à Câmara Municipal – reivindicações dos assentamentos, geralmente melhorias na infra-estrutura (especialmente em questões da água e rede de esgotos) nas estradas vicinais na possibilidade de encontrar condições melhores de transporte e de estudo para seus filhos, na busca de remédios e agendamento de consultas médicas.

Uma das mulheres que chegou a ser uma das representantes do Bela Vista, na mediação com o poder político local, investiu fortemente na campanha de um candidato a vereador, funcionário da Prefeitura, aderindo abertamente à cultura da dádiva. A posição assumida por essa mulher, seu comportamento político-partidário explícito de aliança a grupos do PMDB acabou por gerar impasses e uma reação contrária das próprias mulheres – em dimensão significativa – à submissão e atrelamento do assentamento às rédeas do poder local. Nos núcleos da Fazenda Monte Alegre, ainda que a política não se apresente como uma dimensão visível na construção de suas relações, uma assentada chegou a ser candidata a vereadora, não tendo sido eleita.

Efetivamente, as mulheres tomaram a liderança na reivindicação junto aos segmentos do poder público municipal. Discutiram, em associação, estratégias produtivas e reprodutivas de permanência na terra. Em muitas situações, os maridos cercearam a participação da esposa em reuniões, assembléias e organizações, tornando-se esse um dos principais motivos de brigas conjugais. Ameaças, agravadas em casos de alcoolismo por parte dos maridos, levaram as mulheres, em proporção significativa, a recuar em sua luta pela ocupação de um espaço nos assentamentos. Muitas desistiram da caminhada. Outras voltam, com frequência, à situação de assalariamento anteriormente vivida, às vezes como forma de ampliar a renda e permanecer na terra, mesmo sabendo dos obstáculos encontrados para ser reconhecida sua titularidade.

Nos Anos 90, Mulheres Acenam para a Diversificação Na Fazenda Monte Alegre, a Marca das Estratégias Familiares

Estudos têm demonstrado que a solidariedade no trabalho na terra e a interação de grupos de parentesco conseguem, através da extensão da rede familiar, consolidar uma estrutura interna a partir de códigos de re-conhecimento social. Em todos os núcleos, vários beneficiários, titulares de lotes, mantêm laços de parentesco, criando-se um circuito de relações familiares para além do cadastro oficial. Se essa instância escapa ou não se enquadra na constituição idealizada para os assentamentos, ela efetivamente é significativa para as ações dos assentados. Aos olhos da burocracia estatal, inexistem tais relações. Sua presença marca, no

entanto, diferenças na concepção da organização e construção do novo modo de vida presente nos assentamentos. A mulher tem o comando no processo de transformar tais laços em espaços de permanência na terra.

Nos projetos da Fazenda Monte Alegre, o núcleo IV é o que se comporta de forma mais estável no decorrer dos anos, o que lhe confere um "status" de melhor grupo, na opinião dos técnicos. A atribuição de maior estabilidade não significa que os assentados do núcleo IV tenham constituído um agrupamento social e político apassivado. Ao contrário, mostram, através de estratégias familiares, a possibilidade do assentamento, sob outros lugares, espaços e práticas sociais, ser uma unidade de resistência.

Dentre as estratégias produtivas, a fruticultura vem ganhando crescente espaço. Estão sendo cultivados, em larga escala e por quase todos os assentados, mudas de frutas, especialmente a manga, o limão e a poncã, produções que podem ser comercializadas e também consumidas diretamente pelas famílias. Uma produção de subsistência tem lugar nos quintais dos lotes de moradia. A produção de grãos é realizada mais para o autoconsumo, se bem que, em sua maioria, seu cultivo seja realizado por sítiantes da região que arrendam os lotes das famílias assentadas (prática irregular, mas persistente em muitos núcleos). Além dessas culturas, apenas a mandioca aparece como relevante, sendo parte para o consumo e parte para a venda. Nessa mudança de atividades produtivas, as mulheres acabaram tendo maior espaço no trabalho.

Uma Experiência Coletiva com Mulheres: a Costura Industrial em Cena

Estratégias são criadas e recriadas em um circuito ampliado de formas organizativas de resistência. Refere-se a uma experiência de capacitação profissional em costura industrial para um grupo de mulheres na Fazenda Monte Alegre, núcleo I. No início de 1995, essas mulheres, em reunião com a direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, apresentaram a proposta de constituição de espaços alternativos e diferenciados de trabalho para elas e para os adolescentes. Necessidade de usar o tempo ocioso, dado que a atividade agrícola desenvolvida nos assentamentos não ocupa, na maioria das vezes, o conjunto da família no trabalho. Foi imperativo um curso profissionalizante de costura industrial com o objetivo de implantação da fábrica de confecção de roupas no referido assentamento. A busca de uma ocupação permeava o cotidiano dessas mulheres. Na prefeitura de Motuca, o estigma imposto aos assentados e assentadas de serem incompetentes, desordeiros pesou fortemente. Foram mal tratadas, o que lhes causou sentimento de indignação e de revolta. Marcas destes estigmas

ainda hoje permeiam as relações dos outros com os(as) assentados(as).

O curso de costura se apresentava como uma estratégia possível de responder aos desafios da reestruturação produtiva em curso, criando instrumentos geradores de trabalho e renda. Experiência que veio demonstrar a não existência de fronteiras entre atividades tidas como rurais e/ou urbanas no espaço dos assentamentos.

Tornava-se necessário encontrar parceiros. O SENAI de Araraquara aprovou dois projetos, colocando à disposição do grupo, a experiência e o conhecimento técnico acumulado, o que significou concretamente o pagamento das despesas com a monitora e a socialização dos conteúdos programáticos para os referidos cursos. Ao sindicato, coube a coordenação política e pedagógica do processo. Setenta e cinco pessoas se inscreveram para a realização do curso, vindos das 5 áreas do assentamento da Fazenda Monte Alegre.

A experiência fortaleceu a rede de sociabilidade, contribuindo para uma aproximação entre os espaços masculinos e femininos no interior dos assentamentos. A tentativa de organizar o trabalho de forma mais flexível, buscando-se romper com paradigmas de padrões de produção foi, sem dúvidas, expressão das estratégias de recusa ao modelo estatal de assentamento. A criação de uma rede de pessoas, envolvidas no processo de produção, poderiam levar a formas coletivas de controle e de gestão desse processo de produção. Entretanto a experiência teve vida curta e não chegou a se converter em uma alternativa continuada de geração do trabalho e de renda.

Houve, nesse aspecto, em pequena escala, uma re-elaboração do coletivo imposto nos tempos iniciais pelo Estado. Não há como apagar as diferenciadas individualidades que se fazem presentes nessas experiências, atravessadas por uma multiplicidade de conflitos de ordem pessoal e política.

Nos primeiros tempos, na reinvenção dos assentados de formas para se viver na terra é importante salientar que a composição da renda através de outras atividades produtoras rurais ou urbanas parecia depender essencialmente da mulher. Ao homem, cabia assumir a responsabilidade pelas decisões de comercialização, de organizar e gerenciar o lote, contabilizando as diferentes e possíveis fontes de renda.

As atribuições masculinas e femininas não têm, em todos os momentos da vida dos assentamentos, fronteiras rígidas. Há relativa colaboração entre homens e mulheres na definição do futuro do lote, colaboração que não se traduz em tomada de decisões na esfera da produção/comercialização.

O fato das agências técnicas exigirem, no presente, a assinatura do casal para completar operações de crédito e de financiamento contribui para esse planejamento conjunto. Mais uma vez, uma exigência externa a se impor, o que

não significa que as mulheres passaram a ter efetivamente poder de decisão.

Assinar em conjunto representa a aceitação das regras impostas. O pacto quebra-se no âmbito doméstico/familiar. Apesar das situações serem diferenciadas, a participação das mulheres nas diferentes estratégias de formação de renda convive com a reprodução de desigualdades e exclusões no âmbito das decisões e das relações com os companheiros.

No Assentamento Bela Vista do Chibarro, o Movimento Descontínuo dos Grupos de Mulheres

No âmbito das atuações face ao movimento sindical, no encaminhamento de reivindicações junto ao poder local, as mulheres sempre estiveram na linha de frente.

Na esfera da diversificação, no início dos anos 90, atendendo ao movimento de mulheres que se organizaram em encontros estaduais, o governo federal e o Itesp lançam projetos dirigidos à criação de galinhas poedeiras, a uma pequena fábrica artesanal para a produção de farinha de mandioca, de doces caseiros... Reuniões e reuniões para discutirem a formação de associações foram feitas. Vontade e dificuldade de se caminhar junto se entrecruzavam.

O grupo das "doceiras" chegou a preparar doces com as frutas que existiam no assentamento. Chegaram a vender os doces na Câmara Municipal, em pequenas feiras, mas a sazonalidade das frutas e a falta de apoio consistente dos órgãos gestores e dos poderes acaba levando o grupo a se desestruturar. O mesmo aconteceu com o grupo das mulheres que se ocupavam das galinhas poedeiras, que desistem sob pressão, com receio de assumirem compromissos bancários e firmar sociedade.

Reações bem respaldadas pelo desestímulo dos maridos.

Meu marido disse que isso não vai dar certo, a gente trabalhando por conta já tem problema, que dirá fazer sociedade com alguém que a gente não conhece direito? E você ainda sabe, não é, depois como a gente vai pagar a conta do banco? (Depoimento de uma assentada do Bela Vista)

O Renascer de Esperança: as Lagartinhas Verdes

Formado por algumas das pioneiras, o batismo do projeto foi cercado por muita expectativa pelas 7 mulheres envolvidas. No processo de organização, um atalho e uma desistência. Uma das mulheres decidiu desenvolver a horta na escola

do assentamento – trabalhar sozinha – atitude individualista respaldada pelos homens de família.

Não posso entrar em sociedade, meus filhos e meu marido disseram que não vai dar certo.

O grupo das 6 lagartinhas no entanto, prosseguiu.

Os dias se passaram e estávamos muito animadas. Trabalhamos duramente, preparamos o solo com enxadões, pois tentamos alugar um equipamento TOBATA com um assentado para facilitar nosso trabalho, mas ele não quis alugar. Enfrentamos resistência por parte de alguns homens, muitos passavam e riam, diziam que isso não iria virar nada, que nós éramos um bando de mulheres desocupadas, enfim, foram muitas as chacotas. (Depoimento de uma assentada do Bela Vista)

Não foram só de agressões as reações masculinas. Alguns homens se dispuseram a ajudá-las em mutirões. Foram plantados 5000 pés de alface americana, rúcula, agrião, couve-flor, brócolis, berinjela... Vencida a barreira do plantio, o mercado se interpôs no caminho das lagartinhas.

As quitandas e supermercados não compravam seus produtos por já estarem comprometidos com comerciantes de fora ou com o Ceasa. A falta de transportes agravou o quadro. Uma a uma, por uns e outros motivos - dissolução do casamento, compromissos com a organização de representação estadual das mulheres - foram saindo e o projeto se desestruturou.

O fato é que, cada companheira que pedia saída do projeto, aumentava a responsabilidade das outras com relação às parcelas bancárias, isso ocorreu com todas, exceto eu que não podia me isentar da responsabilidade porque o contrato me elegia como a primeira responsável pelo débito e para piorar, meu pai foi o avalista do projeto. Restaram, ao final, o dissabor do projeto que não deu certo, e dívidas, muitas dívidas a serem pagas. Voltei a trabalhar na cidade para cumprir os compromissos assumidos junto ao banco, afinal, se não o fizesse, meu pai também ficaria impedido de acessar qualquer crédito bancário. (Depoimento de uma assentada membro do projeto "lagartinhas verdes")

Em um e outro núcleo de assentamento, os mesmos problemas: falta de mercado, dificuldades com transportes, falta de estímulo dos órgãos gestores, expressões de pouca vontade dos poderes.

Na verdade, na década de 90, os grupos que se formaram, não tiveram orientação no tocante à pesquisa do mercado, também não se ativeram à necessidade do transporte e o mesmo nesse tempo era muito, muito mais difícil e, também havia uma resistência maior com relação à recepção dos produtos da reforma agrária. Mas, foram ao meu ver os primeiros passos para que hoje, outras companheiras e companheiros possam dar prosseguimento a projetos que gerem renda não só para os grupos de mulheres, mas para grupos formados por homens e mulheres nos assentamentos.

Nos Anos 2000, a Exclusão em Forma de Parceria

No assentamento Bela Vista do Chibarro, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras desde o início dos anos 2000. O INCRA manteve-se, em tese, contrário ao plantio de cana, embora sua omissão fosse patente durante anos a fio. A polêmica com relação à cana foi um dos vetores de articulação de um novo grupo, formalizado na Associação "*Independente*", uma peculiar entidade através da qual os assentados pró-cana se mobilizaram no espaço político interno do assentamento (inclusive ganhando postos de coordenação do mesmo) e se fizeram representar externamente, sem a participação das mulheres. Esses agricultores, frustrados pela crise do cultivo de grãos (a mesma que assolou a Monte Alegre alguns anos após sua instalação), foram atraídos pela possibilidade de explorar o cultivo da cana-de-açúcar, numa espécie de arrendamento via Associação. Sem controle oficial, vivenciando o descompasso entre INCRA (planejador e implantador do PA) e ITESP (gestor da assistência técnica no PA), a implantação da cultura da cana-de-açúcar em larga escala no PA Bela Vista teve lugar nos anos 2000/2001, quase sempre mediante a atuação da Associação *Independente*, processo no qual as mulheres não foram protagonistas.

Na Fazenda Monte Alegre, a polêmica adesão dos assentados ao cultivo agroindustrial da cana-de-açúcar acaba por ser o mais evidente e, ao mesmo tempo, contraditório exemplo do jogo de resistências e acomodações que permeia a trajetória dos assentamentos. O consórcio – antecedente da parceria – anunciado

como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais baseava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de "tocar a terra". A omissão do Estado não era discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento, permitiria, sob os termos então anunciados, um aumento do poder aquisitivo do assentado.

Desde então, a pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias, nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituem, nos últimos anos, em uma sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Após anos de debates e polêmica, o ITESP, através de Portarias (75, de 2002, modificado pela 77, de 2004), estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justificou a portaria que acabou por consentir, sob regras, o plantio da cana, como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios.

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado e menor do que outras alternativas como, por exemplo, a do milho. Entretanto, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos, inutilizada para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria, processo complexo, de resultados não imediatos.

De um lado, a expansão da cana provoca certo fascínio, favorecendo, sob um ângulo, a falsa impressão de segurança dos assentados sobre suas próprias vidas. Neste circuito, cabe lembrar, como outro aspecto complementar, a relativa "pressão" exercida pelos jovens filhos de assentados para fazer universidades, caminho que parece ser, em princípio, mais facilitado para aqueles que vivem da cana. Expectativas pragmáticas que não necessariamente se sustentam ao longo dos contratos de 5 anos. Situação a mostrar a expansão da cana alimentando individualismos, com quebra das construções coletivas, das expressões de solidariedade vivenciadas neste novo espaço social. Ainda mais, situação que se põe na contramão de políticas de maior segurança alimentar e de responsabilidade social. De outro lado, acirram-se conflitos com o órgão gestor, sinalizados pelas ações de reintegração de posse movidas há mais de uma década pelo Ministério Público em vista de denúncias do Incra de irregularidades na

relação com a terra, como venda de lotes, utilização de áreas de reserva, compra de vários lotes, desenvolvimento de atividades não compatíveis com a finalidade da Reforma Agrária.

Efetivamente, a cana nos assentamentos – apresentada sob forma de parceria - reforça exclusões, especialmente das mulheres – que são forçadas a encontrar trabalho assalariado fora do assentamento - e potencializa o esfacelamento do projeto de agricultura familiar. Não há qualquer referência à mulher nos contratos de parceria, regidos comprovadamente por uma acentuada assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, do preço da cana – os quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros – o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber sequer, o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como esta produção entra no circuito de expansão da cana.

Na vivência desta experiência, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passaram a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, de fato, em situação "cativa". É preciso igualmente que se diga que não tem havido no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidades e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana, com poucas exceções. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo afetada, embora não se possa dizer que a mesma saiu de cena, podendo, em princípio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados nas produções destinadas ao autoconsumo das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras e agroindustrialização de buchas de banho no Pontal, casos do frango e mandioca na região de Araraquara). Neste caso, as práticas agrícolas – nas quais as mulheres são, comprovadamente, as principais protagonistas – mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são "dispensados" na cultura canavieira. Tratando-se de cana, como já afirmamos, as usinas ficam à frente de toda a produção, cabendo aos assentados apenas receber por sua produção no ato de entrega e não decidir como são estipuladas, no contrato, as condições de sua participação. Há cláusulas nos contratos que impedem os assentados de qualquer resistência legal aos usineiros, o que cristaliza, efetivamente, uma relação de assimetria.

Nos casos em que os assentados ficam endividados por conta de um contrato, representantes dos órgãos gestores chegam a indicar o financiamento do Pronaf para a continuidade da produção e para que consigam cumprir o contrato. Conseqüentemente, há uma transferência de renda de financiamentos que serviriam,

em princípio, para apoiar a agricultura familiar, mas ficam nas mãos das agroindústrias³.

No Quadro de Paradoxos, Respostas do Poder Local

Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programa de Feira do Produtor, Direto do Campo) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Tais iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios, os quais são visivelmente prejudicados pela má distribuição de renda causada pela expansão da cana, com conseqüentes agravantes na qualidade de vida. Tais fatos e outros que poderíamos apontar como desdobramentos no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários. Casos de perda de direitos adquiridos de aposentadoria "especial" mostram que os impactos da expansão da cana nos assentamentos vão muito além da esfera estritamente econômica.

Como iniciativas desse modelo de desenvolvimento alternativo, as quais acenam para redes de proteção e cooperação dos atores locais e regionais, podem ser citados a inclusão de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, cursos de capacitação para merendeiras e membros dos conselhos de alimentação e rural dos municípios, banco de alimentos, colheita urbana, central de abastecimento solidário, serviço de inspeção municipal, programas de aquisição de alimentos, restaurante popular e programas de treinamento tecnologias de gestão da agricultura familiar, etc.

Nesses programas coordenados e centralizados no poder local há a participação direta das mulheres em iniciativas que visam o fortalecimento da própria organização das assentadas no assentamento da Fazenda Monte Alegre.

Acredita-se ser possível distinguir dois momentos de um grupo de mulheres em relação ao modo como eram e passam a ser produzidos seus produtos. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo 6 do assentamento Monte Alegre utilizavam a cozinha

³FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. "Parcerias" com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo.. Aceito para publicação na Revista Sociologias.

comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. A comercialização era feita no interior do próprio assentamento e, esporadicamente, nas feiras em cidades próximas. Tratava-se aqui de uma produção artesanal e de uma organização informal, baseada em laços de sociabilidade (nutridos pela amizade e vizinhança), com pouca expressividade no tocante à geração de renda do grupo.

A partir de 2002, com a reforma da escola e a implantação de uma cozinha mais bem equipada em seu interior, a produção de pães ganha novas perspectivas, somadas ao recém-criado programa Direto do Campo, do município de Araraquara, que abriu espaço no terminal de integração urbana para a venda direta dos assentados à população urbana, de segunda à sábado. Dois dias da semana ficaram exclusivos para a exposição e vendas dos produtos das mulheres. Neste programa, a prefeitura apoiou a comercialização da produção fornecendo transporte e bancas para exposição num espaço municipal de grande circulação de pessoas. Em outro espaço, dentro do mesmo programa municipal, a venda começou a ser feita também aos sábados, numa feira em região central da cidade. A produção de pães passou a contar com um espaço para venda que possibilitou, senão aumentar substancialmente a renda das mulheres ou maior agregação de valor, incluí-las socialmente ao município.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, ainda que em um outro ritmo – fortemente influenciado pelos conflitos e ações de despejo visando reintegração de posse levadas adiante pelo Incra – as mulheres nunca deixaram de ser decisivas na produção do autoconsumo e na participação eventual em feiras com a venda de artesanatos e doces caseiros.

As Mulheres no Orçamento Participativo

Experiência de democratização de participação popular – o OP (Orçamento Participativo) – foi implantado em Araraquara a partir de 2001. Mostrou, desde o início, uma característica peculiar. Os assentados inseridos na regionalização do circuito do orçamento participativo responderam com entusiasmo à perspectiva de, no espaço rural ou urbano, em suas terras ou em reuniões que tinham como sede equipamentos públicos, poder participar da escolha, ainda que restrita aos limites orçamentários, de prioridades de investimento. Os homens pareceram lembrar-se de uma experiência piloto de orçamento participativo coordenada pelo Itesp em 1996, por ocasião da qual, expectativas de inversão da situação de beneficiários apassivados que lhes era atribuída pelo ideário programado pelo Estado foram desmontadas, frustrando-se logo em seguida. Eles praticamente não disputaram lugares no O.P. mais recente, deixando espaço para as mulheres nas assembleias.

Entretanto, mesmo sendo maioria nas plenárias da O.P., na hora de eleger delegado e conselheiros, são os homens que são escolhidos. "Quando chega na hora da formação do conselho, órgão máximo da O.P., não tem mulher, dificilmente... Mesmo na defesa das prioridades, é uma entre dez, vinte, que vai lá na frente defender uma prioridade" (trecho de entrevista com coordenadora do Orçamento Participativo).

No entanto, elas começaram a participar massivamente dos fóruns do Orçamento Participativo, discutindo prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos. Assim, no ano de 2002, a prioridade sugerida pelo grupo de mulheres do núcleo 6 do assentamento Monte Alegre foi a aquisição de equipamentos para a construção de uma padaria industrial neste núcleo. A proposta entrou em disputa com outra, de outro grupo de mulheres, do núcleo 3 do mesmo assentamento, que por sua vez reivindicou a aquisição de uma cozinha experimental para a produção de doces. Ao final da "disputa", embora a prioridade da cozinha tenha sobressaído, neste mesmo ano, as duas iniciativas foram contempladas. No entanto, apenas em 2008 seus orçamentos foram executados. A prioridade pela aquisição da cozinha contou com o fato de que os doces estavam proibidos de serem comercializados no programa Direto do Campo, pelo fato da produção não se enquadrar às normas sanitárias. Com a cozinha acredita-se que tais normas serão atingidas e o espaço municipal poderá receber os doces para venda à população, assim como os pães e bolos.

Na Fazenda Monte Alegre, a Diversificação sob Proteção do Poder Municipal

Os equipamentos da cozinha experimental foram, finalmente, instalados no barracão comunitário, junto ao centro de lazer do núcleo 3. Depois de uma longa espera, podia se esperar o (re)nascido de uma diversificação, talvez, um outro caminho para o assentamento.

No entanto, as principais lideranças desta luta, que completou 8 anos, tinham deixado o assentamento por motivos diversos, ficando apenas 3 do grupo original. A estas 3 mulheres se juntou o filho de uma delas, o que passou a ser motivo de nova fragmentação. Como se o "espaço" das mulheres estivesse sendo invadido. No argumento das mulheres, o problema ocorreu porque o rapaz queria trabalhar pouco e receber uma parte igual à das outras.

"Por conta disso, o processo de criação da associação está parado: o estatuto e o regimento interno da associação estão prontos, mas por enquanto, preferiram não registrar a associação, pois não sabem se isto vai adiante. Disseram que é melhor esperar a definição de como será o trabalho de cada um dentro da associação para então colocá-la em funcionamento... Disseram que é mais difícil desfazer a associação depois que já está formada do que propriamente instituí-la"

(trecho do Diário de Campo, 20/01/2009).

Situação que terá novos contornos nos tempos seguintes, passando a funcionar vinculada ao CEDIR, Centro de Desenvolvimento e Integração Rural, criado em 2001 com o intuito de congrega ações e atividades de diversificação e produção no assentamento Monte Alegre, letra morta por sete longos anos. A associação de mulheres em torno da produção de doces recebeu o nome de Associação Familiar Alimentícia do Campo – AFAC.

Antes da montagem da cozinha, os doces feitos por estas mulheres eram comercializadas nas bancas de exposição do programa Direto do Campo, no terminal de integração de ônibus da cidade, apenas nos dias em que as mulheres tinham direito a expor seus produtos. Tempo dividido permeado por relações de gênero. Depois, a prefeitura conseguiu passar uma das lojas do terminal, local onde funcionava uma lanchonete desativada por irregularidades exclusivamente para as mulheres assentadas rurais. De novo, problemas com vizinhos por uma questão de competitividade!!! Problemas com a Vigilância Sanitária, por serem os doces vendidos em potes de plástico e não de vidro!

No presente, as mulheres buscam vender os doces em potes de vidro, atendendo aos requisitos de maior durabilidade. Não consideram uma boa solução ser a comercialização feita em um espaço fixo e buscam alternativas. Pagar a uma filha de assentada que mora na cidade par cuidar das vendas, mas por enquanto, o dinheiro obtido só é usado no próprio investimento.

Outra parte da comercialização dos doces é feita por canais constituídos pelas próprias assentadas que além de encomendas internas, fornecem doces para a feira livre de Matão e para comerciantes na cidade de Ribeirão Preto.

As mulheres receberam cursos do Sebrae, em parceria com o Itesp, sobre doce de leite, frutas, milho e mandioca. Declaram que seu maior interesse seria receber curso sobre massas e sobre doces light/diet. O reconhecimento da necessidade de ajuda de pessoas que possam fazer análises nutricionais dos produtos⁴, de forma a poderem elaborar um selo para dinamizar a comercialização mostra que as mulheres têm ciência do que pode ajudar neste circuito, no qual estão tomando as rédeas.

As ambigüidades do poder local são também referidas, "muitos equipamentos não foram entregues, como a batedeira industrial, o batedor de massas, a câmara fria, o fatiador de frios, o cilindro elétrico, as fôrmas e a balança. Depois, soubemos

³FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. "Parcerias" com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo.. Aceito para publicação na Revista Sociologias.

que a balança foi entregue no lugar errado. Os serviços da prefeitura estão um caos, desabafa uma assentada do grupo. Segundo ela, uma cachoeira se forma quando chove forte. No teto do cômodo, existem marcas de infiltração... No mesmo lugar há um ralo por onde entram baratas. Problemas pipocam aqui e acolá" (trecho do Diário de Campo, 20/01/2009). Exemplo de que a porta de entrada na diversificação pelo poder local pode criar bloqueios e outros pontos de tensão.

No núcleo 6, o sabor dos pães caseiros transmite uma sensação de estar junto, em casa, em um lugar pleno de significações. Neste núcleo, o processo caminha mais rapidamente. Associação está constituída – Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre 6 (AMA). Há 11 mulheres associadas, todas pagam uma mensalidade de R\$ 10,00 e parecem caminhar, regulando cada passo. "Apenas 4 estão trabalhando por enquanto. É que, em função da capacidade de comercialização e conseqüente retorno financeiro, a produção não pode ser tão grande. Há previsão de mais duas entrarem no mês que vem. Planejamento que parece indicar um forte laço de confiança entre elas, pois as demais que ainda não estão engajadas aguardam sua vez, mas já investem na associação, pagando a mensalidade" (trecho de depoimento retirado do Diário de Campo, 20/01/2009).

As vendas acontecem no terminal de integração, mas também sob encomenda e no próprio local. Logo na entrada da padaria há um espaço para exposição e venda dos produtos. Por todos os poros, parece haver um clima de confiança e de solidariedade. Há interesse por cursos sobre outros tipos de pães como de mandioca, abóbora, cenoura. O apoio para análise dos produtos e selo de certificação foi também explicitado.

Além dos pães caseiros, busca-se produzir o pão francês, demanda da população assentada. Com este produto elas tentarão se tornar fornecedoras diretas na escola do assentamento. A intenção é não restringir a atuação da associação à panificação. Outras mulheres já manifestaram interesse em trabalhar com artesanato e corte/costura em uma rede ampliada de diversificação, que parece ter, como suporte, relações tecidas de confiabilidade, nas quais a assimetria de informações está excluída, de direito e de fato.

Vale ressaltar que produzir pães, bolos e doces caseiros é uma atividade cujas receitas vêm de antepassados distantes, oriundas de uma tradição de servir às famílias e que agora passa a ser um meio de gerar trabalho e renda às mulheres rurais. Elas estão se especializando nisso, contando com alta tecnologia e atingindo um público grande no mercado consumidor de Araraquara. Equipamentos de última geração para a fabricação destes produtos são usados para fazer as receitas de "bolo de fubá da vovó", assim como elas mesmas definem.

O papel da mulher no trabalho do lote não mudou tanto, mesmo com atividades

produtivas, como no caso da padaria do núcleo 6 do assentamento Monte Alegre. Conforme depoimento da Dna. Nice, ela continua responsável pelo trabalho doméstico e ainda ajuda o marido na roça, mesmo com suas novas obrigações na padaria.

Era uma quarta-feira e ela estava no lote cortando cana para dar ao gado que a família cria, ou seja, trabalhando na roça junto com o marido. Ela disse que tivemos sorte de chegar naquele horário (às 10:30hs), pois ela tinha acabado de parar com esta atividade e ido para casa fazer o almoço. Nos falou: "daqui há pouco chega o homem e o almoço tem que estar pronto", por isso não podia parar para nos atender naquele momento. A Danuta (pesquisadora que estava junto a campo) perguntou em quais dias da semana ela estava na cidade para vender os produtos no terminal, e se ela podia responder algumas perguntas num outro momento, dna. Nice respondeu que às sextas-feiras ela está no terminal de integração e chega tarde em casa, só dá tempo de descansar um pouco. No sábado, ela acorda às 02:30hs e começa a preparar as mercadorias para ir à feira da praça Pedro de Toledo. Volta da feira por volta das 13:00hs e logo já precisa ir lavar a igreja, onde participa do grupo de orações e do coral. Só depois disso tudo vai dormir. Descansa no domingo, pois segunda-feira começa tudo outra vez. Bem, provavelmente no domingo ela também tem trabalho doméstico, portanto esse descanso é relativo. (Diário de Campo, 19/03/2009).

Esta assentada é uma das lideranças da associação da padaria, é ela que resolve todos os assuntos e mobiliza as mulheres, mesmo porque seu lote é o mais próximo da padaria. Mesmo com toda sua rotina de liderança na padaria, na comercialização dos produtos em feiras na cidade e de participar ativamente de atividades em sua igreja, ela encontra tempo para exercer seus serviços domésticos e produtivos no lote.

Concluindo ou Repondo Problemas

Passamos em revista experiências diferenciadas. As respostas do Estado, como vimos, têm oscilado em um terreno de omissões, irrealizações, expressões de violência programada, sinais de alento. Mudanças recentes na política nacional de assentamentos incorporam, do ponto de vista teórico, questões de gênero. Foram abertos novos horizontes, no campo da titulação, do crédito agrícola de assistência técnica.

Entretanto, há que se examinar o que vem, de fato, significando o conjunto de políticas públicas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, dirigidas à promoção da autonomia econômica, elemento indispensável para a superação das desigualdades que marcam as vidas das mulheres assentadas e de outras trabalhadoras rurais.

As mudanças não se deram por uma política de outorga. Sem dúvidas, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais anteriores à Constituinte, ainda que dispersos e muitas vezes fragmentados, interferem decisivamente para que uma pauta de negociações das políticas públicas, permeadas por relações de gênero, fosse publicizada.

A partir da Constituinte, aumenta progressivamente a participação das mulheres no movimento sindical, o que se reflete na ampliação feminina nos congressos e no aumento de resoluções e propostas que tinham as mulheres rurais como protagonistas. A marcha das margaridas de 2000, organizada pelas mulheres filiadas à Contag foi um marco no movimento das mulheres rurais, o que não significa que a aceitação de questão de gênero se dê naturalmente pelo movimento sindical e pelo MST, sem conflitos e/ou disputas.

Publiciza-se uma pauta de políticas que pudessem fortalecer a condição de agricultora das mulheres rurais. Questões como crédito, programas de geração de renda e formação profissional, comercialização de produção da agricultura familiar, acesso à documentação básica, saem do campo das invisibilidades e se põem como reivindicações a ser transformadas em direitos. A trama de tensões exigia do Estado, respostas a uma mudança efetiva de propostas de políticas públicas. Avança-se nas conquistas obtidas com a constituição de 1988: acesso ao programa de Assistência ao Trabalhador Rural, entrada na previdência rural a partir de 1992. Há mudanças conseqüentes que a aposentadoria traz à vida das trabalhadoras rurais idosas, ainda que, inegavelmente, a legalidade não traga mudanças efetivas às mulheres trabalhadoras por si só.

Estimativas recentes, confirmadas por nossas pesquisas em um dos núcleos analisados, falam em 18% de mulheres como titulares de terra. Só muito recentemente o Incra introduziu a obrigatoriedade, que não é necessariamente cumprida, de ser a terra colocada em nome do casal, não apenas do homem. Reivindicações de que o Incra priorize o direito de as mulheres chefes de família terem acesso aos lotes, bem como o direito das solteiras à terra têm trazido uma real inversão da situação, quase que naturalizada, de discriminação e hierarquização no campo dos direitos ligados à terra. Entretanto, mais de 80% das mulheres cônjuges, declaram realizar trabalhos na agropecuária, taxa que bem expressa o trabalho não remunerado dos membros da família do meio rural, ou seja, a contribuição da mulher como trabalhadora familiar, produzindo para o

autoconsumo, embora a mesma esteja envolta em invisibilidades. Por outro lado, o acesso crédito Pronaf – Mulher ainda que tenha crescido 240% no período de 2003-2005, só atinge a cota de 30% em um dos casos investigados. A linha de crédito mais acessada é a da modalidade B, por ser mais fácil o acesso e menos burocratizado. Igualmente, por ser a modalidade mais conhecida das mulheres, dos agentes financeiros, dos sindicatos de trabalhadores rurais e das empresas de assistência técnica responsáveis pela elaboração da proposta de crédito.

Entretanto, no campo das associações, da politização de espaços de sociabilidade, as mulheres começaram por tomar a dianteira em questões de infra-estrutura, em reivindicações apresentadas à Prefeitura. A partir dessas iniciativas, começaram a discutir formas de complementar a renda, através, por exemplo, de hortas, de granjas, do trabalho em farinheiras, em padarias, dentre outras. Por outra entrada, a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, constituindo espaços importantes de ressignificação de suas atividades produtivas.

Podemos, nessas conclusões preliminares, afirmar que a inserção das mulheres rurais no campo político tem possibilitado um aprendizado coletivo, com a ressalva de que este é um campo de forças no qual relações de gênero se fazem presentes. Existe a perspectiva de fomentar uma rede de comunicação que permita às trabalhadoras a incorporação de um saber/poder que deve ter irradiações no processo de ação/decisão dos assentamentos.

Neste contexto, o fato do orçamento participativo ter se estendido à ampliada presença das mulheres representou um divisor de águas que não pode ser desconsiderado. Normalmente excluídas das decisões sobre comercialização/gestão produtiva, as mulheres assentadas acabaram tendo peso decisivo na escolha das prioridades do Orçamento Participativo responsáveis, em parte, pelo atual delineamento de novas estratégias produtivas/reprodutivas.

A abertura de poder público municipal não se deu sem atalhos e muitos paradoxos, pois a prática de ampliar a participação popular se mesclou a muitos traços de clientelismos e de uma cultura da dádiva.

Como afirmamos, a construção de uma nova identidade política e mediada pelos novos horizontes que se abrem timidamente no campo das políticas públicas não implica necessariamente em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior das famílias. Novos lugares foram constituídos pelos movimentos sociais, pelos formuladores das práticas públicas. Os mesmos não trazem, magicamente, como consequência, uma (re)sociação que inverta posições naturalizadas e, de fato, leve a mulher a entrar no campo dos direitos em todas as dimensões da vida social.

Questões que, com certeza, devem compor uma agenda de pesquisa sobre a mulher assentada e trabalhadora rural e, além disso, podem estimular a inserção das mulheres nos embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural.

Nesse circuito possível, a inserção das mulheres como sujeitos das ações e a valorização de práticas diferenciadas da agricultura convencional podem ser caminhos efetivos para a construção de uma outra relação das mulheres com a política de assentamentos rurais. Neste contexto, o crescimento da chefia feminina nas famílias brasileiras, a importância da inserção das mulheres em atividades diversificadas de geração de renda – opção necessária para se discutir o futuro dos assentamentos em modelos alternativos diferenciados do agronegócio – as conseqüências significativas das operações do crédito Pronaf Mulher colocam efetivamente desafios que possam resultar em avanços na luta pelo empoderamento feminino, na reordenação dos rumos das experiências da reforma agrária.

Os fragmentos aqui apresentados sobre a diversidade e a natureza da ação política e produtiva das mulheres sugerem uma análise mais atenta, sem dúvidas. Com um sinal de alerta, efetivamente, os assentamentos rurais não podem ser analisados e avaliados pela lógica do desenvolvimento rural pautados pelo agronegócio. Com certeza, o fato das mulheres terem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas, têm se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e dos papéis entre homens e mulheres nos assentamentos. Poder-se-ia pensar nesses embriões como sementes de alterações possíveis no interior das relações familiares e dos códigos que perpassam a produção e reprodução social.

Referências

BANDEIRA, L.M. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: SWAIN, T.N; MUNIZ, D.C.G. (Orgs.) **Mulheres em Ação**. Práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC/MG, 2005, p.169-193.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, UNESP, Araraquara.

BARONE, L.A.; SANTOS, C.C.F. Poder Local e Assentamentos Rurais: um

estudo em Marabá Paulista. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.10, Nupedor/Uniara, p.203-224, 2006.

BARONE, L.A. Revendo o clientelismo político num assentamento de reforma agrária: da camisa de força à dialética do controle. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.9, Nupedor/Uniara, p.105-120, 2004.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; KURANAGA, A.A. O futuro dos assentamentos rurais em questão: o retrato dos dilemas em espaços regionais distintos. II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2005, Feagri/Unicamp – CRBC/École des Hautes Études en Sciences Sociales. In: **Anais...**, Campinas, 2005.

BELIK, W.; MALUF, R. (Orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. 234 p.

BENTO, B.A.M. Os estudos de gênero na encruzilhada do universal e do particular. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia, UFG, n.1, v.3/4, jan./dez., p.121-146, 1999/2000.

BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. (Orgs). **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara:UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA, 2003.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 7ª Ed., 1987.

DEERE, L. et al. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: ED. UFRGS, 2002.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C. A.; BARONE, L. A. **Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência**. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA/Uniara, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas**, São Paulo, v.20/21, p.121-147, 1997/1998.

FERRANTE, V.L.S.B. A proletarianização não tem cartas marcadas (A terra no horizonte dos bóias-frias). **Natureza, História e Cultura - Repensando o Social**, Porto Alegre-RS: Editora da Universidade, 1992, p.69-76.

FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais: a polêmica questão de sua avaliação. **Revista UNIARA**, Araraquara, n.12, p.171-187, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; SILVA, M.A.M. A Política de Assentamentos e o Jogo das Forças Sociais no Campo. **Perspectivas**, São Paulo, v.11, Edunesp, p.33-51, 1988.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Assentamentos rurais e poder Local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et all. **Cahiers des recherches sur le Brésil Contemporain**, Campinas, 2003, p.137-162.

LOPES, A.; BUTTO, A. (Orgs.) **Mulheres na Reforma Agrária**. A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

MARTINS, J. S. **Sociedade vista do abismo e novos estudos sobre exclusão, pobreza, classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEDEIROS, L.S. de e LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**. Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MELO, H.P.; DI SABBATO, A. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: MDA/PPIGRE/NEAD. **Gênero na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária no Mercosul**. Brasília: Nead, 2006.

NEVES, D. P. **Lavradores e Pequenos produtores de cana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PAULLILO, L. F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos**. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2000. 189p.

PORTARIA ITESP - 75, de 24-10-2002 - **Diário Oficial do Estado** - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", 2002.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara-SP: Fundação Itesp/Uniara, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, M.A. de M. e LIMA, G. Assentados/cadastrados: que categoria é essa? Algumas reflexões acerca dos assentados e papel do Estado nos assentamentos de Silvânia e Tamoio. In: **Anais da 41ª Reunião da SBPC**, Fortaleza, 1989.

STETTER, E.A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNESP/Fclar, 2000.

VALENCIANO, R.C. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra: discutindo relações de classe e gênero**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP/FCT, Presidente Prudente, 2006.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau-SP: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A. A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et all. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo: INCRA, 2003.